

## MUDANÇAS SEMÂNTICAS PARA A PALAVRA TRABALHO

Thiago Martins Prado<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo apresenta diversas leituras sobre o significado do trabalho pela civilização ocidental, investigando os espaços dessas construções. Os sentidos míticos helênico, judaico, rousseauiano e até a apropriação mítica do comunismo são ilustrados aqui, assim como a aproximação do liberalismo com o protestantismo para forjar um conceito específico sobre o trabalho. Os conceitos modernos comprometidos com a filosofia revolucionária ou com o progressismo também passam a ser analisados por meio da comparação com os significados atuais cobrados para o trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho e seus significados. Trabalho e interpretações sociais. Conceito moderno de trabalho. Conceito contemporâneo de trabalho. Trabalho: mudanças semânticas.

### Abstract

This article presents several readings on the meaning of work by the western civilization, investigating the spaces of these constructions. The Hellenistic, Jewish, Rousseau mythical senses and even the mythical appropriation of communism are illustrated here, as well as the approach of liberalism with Protestantism to forge a specific concept about work. Modern concepts committed to revolutionary philosophy or progressivism are also analyzed by means of comparison with the current meanings asked for work.

**Keywords:** Work and its meanings. Work and social interpretations. Modern concept of work. Contemporary concept of work. Work: semantic changes.

### Introdução

Os significados do trabalho modificaram-se de acordo com as relações, os interesses e as cobranças sociais em cada período da civilização. Dessa forma, o trabalho passou de um sentido mítico negativo para justificar o esforço contínuo e sem quaisquer chances de mudança de condição social do trabalhador até chegar à concepção sobre a organização do trabalho como uma possibilidade de oportunizar demandas sociais, como a inclusão das minorias ou a necessidade de se encontrar uma saída entre as expectativas de aumento de produção aliado a uma política de respeito ao meio ambiente.

A primeira parte deste artigo coleta as principais interpretações a respeito do trabalho atribuídas pela civilização ocidental, inclusive ilustrando os contrapontos entre os modelos modernos e contemporâneos de caracterização, de entendimento e de distribuição do trabalho. Num segundo momento, na parte final deste artigo, busca-se fazer um apanhado do trajeto dos conceitos de trabalho fornecendo-lhes as suas circunstâncias de construção e as relações de poder ou discursos que a permitiram. Posteriormente, nessa mesma parte, ocorre uma ampliação da discussão das definições atuais de trabalho, observando-se as suas eventuais vantagens e os possíveis problemas.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia.

### **Produções e organização de bens, trabalhos e sentidos**

Na história da civilização ocidental, são repetidas as interpretações do trabalho como uma força externa ao homem e tensa (geralmente negativa) em relação a ele com a função de organizar os seus esforços e os agrupamentos sociais. Nesse sentido, diversos foram os momentos em que o trabalho, sob o olhar mítico, foi explicado como fruto de um castigo ou como um dos elementos que compõem os estágios de corrupção da humanidade. Imaginou-se o trabalho, desse modo, associado à cena de uma separação entre o mito de uma origem de bem-estar estável para os homens, sem a necessidade de uma ordem produtiva, e a inevitável queda que a humanidade impõe a si por desrespeitar uma ordem superior ou por ser um elemento que desarmoniza as leis da natureza no princípio dos tempos.

Na mitologia greco-romana, como ilustração, a primeira das quatro idades da humanidade, a idade de ouro, foi caracterizada como uma época em que a primavera imperava durante todo o ano, as doenças e o envelhecimento não existiam e, o mais interessante, os alimentos brotavam da terra sem a necessidade do trabalho humano. As idades seguintes, a de prata, a de cobre e a de ferro, como contrapontos, foram descritas como tempos inferiores, cada vez mais corruptíveis quanto mais se afastam da época áurea inicial, em que o homem aparece como um ser que, para sobreviver, precisa organizar-se por meio da labuta, do cultivo e da aragem da terra. Na última idade, na de ferro, o resultado dessa organização acarretou aos homens discórdia, violência e exploração (MENARD, 1991, p. 32-33). Coincidente ao entendimento da cultura helênica, a tradição judaico-cristã explicou a origem do trabalho relacionada à ideia de queda de um bem-estar inicial. A ilustração do primeiro homem, Adão, gerado pela vontade divina, desobedece à ordem de comer o fruto da árvore do conhecimento. Como consequência do pecado original, a expulsão do Éden, do paraíso onde todas as vontades humanas eram realizadas sem o esforço do trabalho, surge integrada à imagem de dois outros castigos que auxiliam a construção de um padrão de organização familiar: para o gênero feminino, o parto doloroso acompanhado da submissão marital e, para o gênero masculino, a criação do trabalho para o sustento de sua família (Gn 3, 16-17). No entendimento do Antigo Testamento, a fala inicial sobre a geração de riquezas, por meio do trabalho, ou vida, por meio da procriação, induz à ideia de castigo e de submissão a uma ordem superior inquestionável.

De um outro modo, Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização*, interpreta a força organizadora do trabalho para a sociedade como um dos componentes que censuram os impulsos iniciais e não civilizados do material humano – ímpetos libidinosos ou de agressão

que, com o passar dos tempos, acabam por ser ora domesticados ora anulados pelas regras de convivência social. Acontece que, em tais impulsos, conforme a psicanálise freudiana, estão os desejos mais profundos, que fazem parte do inconsciente humano, e, sendo esses cada vez mais coibidos pelos processos civilizatórios, a consequência é que os homens sintam-se gradualmente mais insatisfeitos e reprimidos. Em Freud, a relação quanto mais civilização, mais mal-estar pode ser traduzida também da seguinte maneira: quanto mais trabalho, mais repressão, portanto mais insatisfação e infelicidade.

Entretanto nem sempre a capacidade de organizar os membros de uma sociedade que o trabalho possui foi compreendida de forma negativa nas falas sobre a origem dele. No pensamento de Jean-Jacques Rousseau, precisamente em *Ensaio sobre a origem das línguas*, o trabalho, no mito da comunhão humana para a defesa das intempéries da natureza na região do norte, obrigou os homens a conviver de forma amistosa e cooperativa para que os serviços pudessem ter um significado de mútuo auxílio e de sobrevivência do povo. O trabalho, nesse sentido, impôs ao homem o respeito pela tarefa alheia e um senso de ordenação de atividades que permitiu compreender a coesão delas como um princípio de sobrevivência, de desenvolvimento e de fortaleza do gênero humano. Em verdade, nos estudos rousseauianos, especificamente em *A origem da desigualdade entre os homens*, o trabalho só passa a ser caracterizado como uma força exploratória e de desavenças quando associado ao sentimento de posse individualizado, de distinção do outro por meio da comparação de atributos e ao surgimento da propriedade privada.

Esse mito da comunhão por meio do trabalho na origem dos tempos foi tão forte para a civilização ocidental que não seria absurdo considerar a luta contra o capitalismo que o comunismo travou como um retorno a essa imagem, quando o trabalho humano ainda não estava contaminado pela alienação promovida pelo serviço exploratório ou não estava imbuído das separações, hierarquizações e categorizações sociais advindas do domínio da propriedade privada. O comunismo acaba por ser preenchido de uma imagem utópica de volta à origem (o mito das comunas primitivas), paradoxalmente, já descrita por Rousseau, um dos pensadores mais referendados pelo movimento romântico burguês. Sob esse entendimento, o comunismo apresenta uma espécie de elogio ao trabalho – desde que, na perspectiva marxista, não corrompido – como uma forma específica de organização social.

O elogio ao trabalho no modo capitalista também encontra um forte correspondente quando se pensa na aliança que o individualismo moderno promoveu entre a Reforma Protestante e o sistema econômico de acumulação e de competição. Isso se deu porque, mais confortável que ser acusada do pecado de usura, a classe burguesa encontrou, na renovação do

pensamento cristão da época, uma forma de justificar a sua existência e a da sua riqueza perante uma sociedade que valorizava a presença da doutrinação religiosa. Sendo dessa maneira, associou-se a crença no mérito e no progresso individuais em relação à acumulação de capitais à moralidade cristã, tornando-se o trabalho e os resultados provindos dele recompensas do próprio Deus. Tal consideração influenciou, determinantemente, a forma de colonização nos países de influência anglo-saxã, que absorveram, em predominância, a fuga dos novos-cristãos.

No entanto, mais contundente dentro da economia capitalista é o elogio ao trabalho e ao progresso sob a perspectiva do pensamento fordista. O próprio Henri Ford defendeu o trabalho como uma ferramenta necessária para a libertação das tradições do passado e a vinculação a um sentimento de valorização do presente e do desenvolvimento humano – entendido, na sua forma de pensar, como geração contínua e acelerada de novas riquezas e avanço de tecnologias e técnicas de gestão que dessem eficiência aos sistemas produtivos (BAUMAN, 2001, p. 150-151).

Nas obras de arte de características distópicas, tanto a imagem do trabalho sob caracterização comunista de equidade entre os cidadãos como também a visão do trabalho sob perspectiva do capitalismo progressista de Ford sofreram duras críticas. Em 1984, por exemplo, George Orwell examina o que seria a consolidação do sistema comunista apontando uma sociedade de rígida hierarquia – quase funcionando como um sistema de castas – e de dura exploração dos que fazem parte de uma gigantesca e proposital burocracia na zona de comando em relação àqueles que estão presos a tarefas repetitivas que não permitem a livre expressão da individualidade. O trabalho, nesse caso, serve para sustentar a ordem repressora sob os próprios indivíduos que trabalham e para imobilizar a divisão das tarefas e os agrupamentos sociais por meio de um comando centralizador que não permite outra interpretação da história que não seja a oficial ou qualquer outro tipo de manifestação cultural ou individual que não seja concebida pelo Estado. O trabalho imaginado em 1984 é o máximo de censura e de formatação social. Ele, simplesmente, atua como uma força burocrática – sem sentido e sem qualquer motivação – a aplacar os desejos ou vontades humanos. Exclui-se dele, conseqüentemente, a criatividade ou a oportunidade de destaque por mérito e esforço individual.

O outro livro mais citado como correspondente crítico ao capitalismo moderno e sob a mesma linha distópica dos escritos de Orwell é *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. As citações ao fordismo que essa obra possui são diversas, mas a que mais se destaca baseia-se numa célebre frase que Henry Ford pronunciou para o *Chicago Tribune*, em 25 de maio de

1916, afirmando que a história é uma pilhéria, uma bobagem. Nela se concentrou todo o ímpeto do pensamento progressista do fordismo em desprezar a tradição e os modos artesanais de fabricação dos objetos e apostar no atual como forma de aliar renovadas técnicas de produtividade a uma forma de gestão que considerava os trabalhadores como blocos homogêneos em escalas de produção. As críticas de Huxley, em *Admirável Mundo Novo*, colocam os avanços da técnica suplantando os sistemas morais e a própria capacidade de o homem situar-se como um indivíduo que pode repensar a sociedade em que vive. O acento pelas escalas de produção cobrado por esse mundo fictício de Huxley torna o homem e o seu comportamento também num produto fabricado em larga e padronizada escala – o produtor e o produto, nesse sentido, confundem-se. O trabalho, em *Admirável Mundo Novo*, aliena o homem, que esquece sua própria capacidade de construir uma consciência particular.

As análises questionando as práticas fordistas, longe de estagnarem nos anos 30 do século passado – época em que foi produzido *Admirável Mundo Novo* – intensificaram-se na contemporaneidade. Como exemplo disso, Zygmunt Bauman, ao comentar o fordismo, fornece um novo sentido à máxima de livrar-se da tradição. O sociólogo polonês vê, na libertação do passado proposto pelo radical elogio do progresso realizado pelo fordismo, o descolamento dos trabalhadores de suas formas de existência. O trabalhador, nesse caso, não necessita mais ter uma profissão condicionada ou cultivada por experiências anteriores de vida que o levam a produzir determinado objeto ou serviço – o trabalhador comparece apenas com sua mão de obra e desconsidera-se o seu histórico de produção. Com isso, o trabalho (todo fragmentado) passa a ser um produto de versátil negociação, pois os sujeitos podem ser recombinaos em tarefas diferentes e rearrumados em espaços distintos da produção sem dominar todo o processo de fabricação de um objeto. De acordo com Bauman, o livrar-se da tradição organiza (aprisiona) o homem em uma rotina nos meios industriais. Dessa mesma maneira, um dos atos mais elogiados na administração de Henry Ford, a duplicação dos salários, é entendido por Bauman como uma forma de edificar uma prisão compartilhada, baseada na mutualidade de dependência, em que os trabalhadores reconheciam a fábrica como o seu *habitat* e o esforço deles dirigia-se à riqueza e ao poder produzidos pela própria. Vincular-se a um trabalho, nessa mecânica, é reconhecer que o padrão de consumo alimentado pela fábrica justifica também um padrão de tarefas para a produção do primeiro (BAUMAN, 2001, p. 161-169).

Pode-se dizer que, assim como o fordismo em sua origem, os modelos de gestão na modernidade concentraram-se em algumas funções gerenciais e menosprezaram ou minimizaram outras. Dessa forma, o domínio das escalas de produção em meio às pressões do

tempo, a redução de custos ou o conhecimento da realidade do mercado onde a empresa possui atuação, em muitos modelos administrativos, superaram ou ainda hoje superam os estudos sobre como lidar com pessoas (funcionários e até clientes) que permitissem uma maior compreensão dos cenários de formação dessas pessoas com uma finalidade de potencializar, com eficácia, a satisfação por parte do consumo ou a motivação por parte da produção.

Tais atitudes nesses desenhos administrativos ocorreram devido à forma de se pensar as pessoas como se fossem blocos homogêneos, ignorando-se delas uma capacidade de diferenciação de estilos de vida e culturas ou ainda uma diversificação no campo de formação que promovessem habilidades ou escolhas específicas para a própria qualidade da administração ou do produto ofertado. Esse tipo de gestão implicou uma série de equívocos que, somente nos tempos hodiernos, está sendo repensada. Um desses enganos deve-se a como esses modelos modernos lidaram com os conceitos de motivação. Em determinado momento, o behaviorismo de Pavlov e de Skinner influenciou um pensamento a respeito de padrões de estímulo-resposta que considerou, meramente, os fatores existentes no meio ambiente como aqueles capazes de gerar motivação. Isso se constitui num engano, pois, conforme Cecília Bergamini, nem sempre pessoas que agem de igual maneira fazem-no pelos mesmos motivos. Segundo a estudiosa de Comportamento Organizacional, como os objetivos de cada pessoa são diferentes e não podem ser tão somente criados por fatores exteriores, as razões que determinam o comportamento delas também o são; por causa disso, as necessidades motivacionais não são geradas pelo trabalho do administrador, mas podem ser gerenciadas pelo estudo que esse realiza para buscar a aproximação das tarefas como sendo complementares às motivações mais intrínsecas dos indivíduos (BERGAMINI, 2003, p. 63-67).

Outro erro que pode ser apontado é a ausência de reconhecimento das vantagens que a diferença da formação de profissionais pode trazer. O modelo moderno de administração, ao tentar padronizar as referências de consumo ao máximo e indicar e comandar um gosto próximo às referências de um específico grupo privilegiado na sociedade aos seus clientes, reduz, igualmente, o espaço da diferença no campo da produção. De acordo com Rosy Mary Trevisan e Dante Quadros, um espaço que contemple uma diversidade de características culturais e indivíduos com variadas histórias de vida proporciona uma interpretação menos redutora do mundo, uma maior possibilidade de aparecerem ideias criativas e de se consolidarem referências pouco habituais. As políticas de inclusão de minorias, portanto, desde que adequadas aos níveis de competência pretendidos pela empresa (e não por mero

protecionismo), devem ser suscitadas como aperfeiçoamento contínuo para a própria empresa (QUADROS; TREVISAN, 2002, p. 1-15).

Ao comparar a perspectiva moderna do trabalho com a contemporânea, são verificadas noções muito distintas a respeito dele. O modelo da modernidade, ao proclamar um padrão para as formas de produção e seduzir o consumo a um princípio de totalização, reproduz uma visão universalista do mundo e fornece um significado para o trabalho próximo ao de uma ferramenta para consolidar essa concepção homogênea de leitura da realidade. O modelo da contemporaneidade já surge como fruto de uma crítica ao pensamento universalista do homem. Tais críticas denunciam as estratégias de hegemonia do pensamento universalista da modernidade afirmando a sua ligação com os valores dos grupos de prestígio da sociedade, isto é, a visão do universal é um constructo, em verdade, particular que beneficia determinados membros da sociedade e exclui os demais que não possuem a formação ou a cultura cobradas. Nesse sentido, o significado do trabalho no modelo contemporâneo atende a uma necessidade, ao mesmo tempo, de maior democratização social quanto à aceitação das diferenças e também de maior amplitude do mercado para estudar e abranger cenários culturais diversificados.

Um artigo chamado *Gestão do paradoxo “passado versus futuro”: uma visão transformacional da gestão de pessoas*, de Isabella de Vasconcelos, André Mascarenhas e Flávio de Vasconcelhos, propõe uma interessante reflexão sobre os modelos administrativos moderno e contemporâneo de gestão de pessoas denominando-os, respectivamente, como instrumental e transformacional. No modelo instrumental, há um prévio consentimento entre os parceiros que gerem e aqueles que são geridos de que há um poder decisório baseado numa racionalidade superior pela direção da empresa – o que tende a homogeneizar os comandos e as atitudes de todos os envolvidos na produção ou na execução dos serviços. Por outro lado, o modelo transformacional prega uma negociação de projetos entre os envolvidos na empresa e uma possibilidade de criação de cenários efêmeros de experimentação social para que haja uma contínua edificação do perfil identitário do grupo em prol de um espaço favorável ao entendimento dos diversos graus de motivação dos parceiros e ao aproveitamento e diálogo de competências prévias contidas nesses. Para que tal modelo possa ser concretizado, segundo os articulistas, duas condições precisam ser preenchidas. A primeira delas é que é necessário estabelecer um líder entre os funcionários para que possam ser discutidas estratégias motivacionais ou de mudança e incentivadas experiências de diálogo entre as diversas categorias de uma empresa no intuito do crescimento profissional do grupo. A presença do líder não se impõe por uma característica decisória ou ditatória, mas sim consultora e

intermediadora. A segunda condição é que um espaço de transitoriedade e de experimentação deve ser incitado com o objetivo de que ações criativas e inovadoras possam surgir a partir de competências antigas (VASCONCELOS; VASCONCELHOS; MASCARENHAS, 2006, p. 2-24).

### **Considerações Finais**

Os significados do trabalho modificaram-se de acordo com as exigências e as interpretações da sociedade que os conduziu. Nos momentos míticos iniciais, nota-se que a cultura helênica ou a judaico-cristã atribuíram uma imagem do trabalho como uma penalidade a ser cumprida pelos homens por causa da contínua degradação dos seus princípios ou de sua desobediência quanto a uma inteligência superior e divina. Tal entendimento pressupõe um sentido deveras negativo para o trabalho e diminui as possibilidades motivacionais daqueles envolvidos nas tarefas. Ademais, como o trabalho, nesse período, não está associado a um conceito de melhoria de *status quo* para os indivíduos, mas sim define e firma cada grupo social em cada tipo de tarefas sem a possibilidade de alterações, os mitos parecem escamotear os reais motivos exploratórios das classes ou das castas para as pessoas que são submetidas a um alto volume de trabalhos rotineiros ou sacrificantes. Nesses períodos, fazer as pessoas pensarem no trabalho apenas dentro das configurações míticas é levá-las ao engano de que todo o trabalho é ruim, pois deriva da própria condição humana, determinada pelos primeiros antepassados do homem e distantes da realidade dos que se dedicam às tarefas.

Em tempos posteriores, Rousseau estimula a criação do mito comunal primitivo dos homens trabalhando em estado de cooperação mútua e afirma a decadência do sentido do trabalho quando a cooperação de tarefas e a reciprocidade de auxílios são trocadas pela divisão dos bens e pela competição entre os homens. Posteriormente, o mito das comunas primitivas e do estado de cooperação pacífica entre os homens, que fora consolidado pelo pensamento rousseauiano, torna-se um elogio a um tipo de trabalho específico e fornece uma imagem utópica que acaba por fomentar as pretensões (ilusórias) do sistema político-econômico do comunismo. Na fantasia comunista, o trabalho em situação de igualdade para todos liberta o homem da exploração e pode ser retomado a partir da extinção da propriedade privada.

Por outro lado, o sentido competitivo e individualista do trabalho, eivado da visão do liberalismo clássico, foi associado ao protestantismo e organizou uma forma de pensar a ascensão social como um mérito pessoal abençoado pela Divindade. O trabalho, nesse caso e ao contrário das primeiras formulações míticas da cultura judaico-cristã ou helênica, seria



uma bênção que mereceria ser bem cuidada pelo homem a fim de preservar a sua dignidade e de obter graças de Deus.

Muito tempo após, outro elogio à forma capitalista sintetizou a filosofia do progresso e o racionalismo denominando-se de fordismo. Com ele, o serviço em alta escala e o aproveitamento do trabalhador em diversos setores da fabricação do produto combateu um sentido histórico-tradicional do artesanato na produção de bens. Desconsiderando o perfil dos funcionários e homogeneizando as tarefas, o trabalho aqui acelerou as formas de produção e, no ímpeto por apontar uma visão de melhoria futura, aprisionou o homem numa rotina de atividades sem direito a um pensamento criativo. Tanto *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, como também *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, denunciam a eficácia alienatória do fordismo contra o homem e aparecem diversas vezes como exemplos críticos mais divulgados contra tais práticas defendidas por esse modelo de administração.

Quiçá um dos significados mais pessimistas a respeito do trabalho tenha surgido entre as duas guerras mundiais – quando a força industrial do capitalismo moderno e a revolução soviética já haviam proporcionado guerras e destruição. Em 1930, Freud, com o seu livro *O mal-estar da civilização*, construiu a imagem do trabalho como sendo sempre uma força repressora para o homem. A tensão entre os ímpetos civilizatórios e as pulsões humanas tornou o trabalho uma das principais ferramentas de coesão social e, ao mesmo tempo, de insatisfação das vontades mais profundas do inconsciente humano. O trabalho, nesse sentido, escraviza e condena cada vez mais o homem à angústia por não poder manifestar seus mais potentes desejos.

Como crítica não tão pessimista como a de Sigmund Freud e não tão otimista como os projetos modernos do liberalismo ou do marxismo – que se revelaram infinitamente distantes dos enunciados utópicos, o pensamento atual na contemporaneidade entende que o trabalho tanto pode produzir sofrimento quanto satisfação. Entretanto, ao invés de fundamentar uma concepção de trabalho absoluta ou homogênea e afastada da diversidade de formações e de vontades das pessoas, o modelo contemporâneo da administração tenta introduzir estratégias para assimilar competências distintas e experiências negociadas. Na atualidade, a discussão sobre os novos desenhos em relação aos modelos administrativos de gestão admite, quase invariavelmente, três pontos que, no mínimo, merecem atenção: 1- como tornar proveitosa a política de integração das diferenças no setor corporativo? 2- como conduzir tarefas no ambiente corporativo que desafiem a rotina e que realimentem a criatividade e a motivação dos parceiros? 3- como cumprir as metas de produção atendendo a cobranças como as de responsabilidade socioambiental?

Esses questionamentos têm norteado as preocupações de diversos gestores e algumas respostas surgem a partir delas. Muitas vezes, as aplicações apressadas ou pouco estruturadas conduzem as empresas não a soluções administrativas, mas trazem novos problemas. Por exemplo, a ausência de uma política educacional de tolerância às diferenças pode fazer naufragar os planos dos gestores de reunir competências distintas e diferenciadas para a sua empresa. Isso porque o assédio moral é a consequência de uma implementação mal realizada de uma estratégia de inclusão de diferenças na empresa. De acordo com Marie-France Hirigoyen (2002, p. 37-38), o assédio moral advém da não aceitação do diferente. Por efeito, o que ocorre é uma atitude de indivíduos com a finalidade de desmoralizar ou constranger outros e, como resultado, esses acabam sendo formatados para que possam entrar em sintonia com o grupo. Acontece, desse modo, o contrário do pretendido pelo gestor: ao invés de o diferente estimular uma dinâmica de inovações para a empresa, ele acaba sendo discriminado, silenciado e, posteriormente, padronizado aos comportamentos e vícios já vivenciados na empresa.

Doutra maneira, a interpretação inadequada a respeito dos espaços de experimentação transitória para a superação da rotina e para ativar e reativar motivações no grupo pode gerar o oposto do pretendido pelos gestores e pode também se tornar uma arma contra os próprios funcionários. Conforme Bauman (2001, p. 169), há o risco de a valorização da flexibilidade e da mentalidade de curto prazo contaminar a própria relação contratual. Dessa maneira, contratos de curto prazo, ausência deles ou de cobertura previdenciária colocam os parceiros não como os incitadores de novas experimentações, e sim os objetos delas. Com trabalhos preenchidos de inseguranças para o trabalhador, a camada de desempregados vira uma reserva de prontidão e serve igualmente como uma variável para o cálculo de salários.

Em relação à responsabilidade socioambiental, é preciso que haja um mecanismo mais eficiente de estímulo às empresas que assumem tal compromisso ao mesmo tempo em que se criam fórmulas regulatórias e fiscalizadoras para essas que aderem a possíveis metas estipuladas pelo Estado. Atualmente, muitas empresas, simplesmente, utilizam algumas ações que se encaixam na política de responsabilidade socioambiental para escamotear a externalização em massa que elas produzem para a sociedade ou para o planeta. Como uma forma de denúncia, o jurista Joel Bakan, em seu livro *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*, lista uma série de infrações ao meio socioambiental de importantes empresas do mundo corporativo que mais se sustentam pelas imagens de responsáveis com a sociedade e com o planeta.

Embora os significados provisórios e multidirecionais do trabalho na contemporaneidade possam inspirar campos de negociação de responsabilidades e de novas cobranças democráticas da atual sociedade, é preciso aprofundar cada nível de discussão a respeito dele e, com consistência, fugir das superficialidades que promovem enganos e deformam as reais cobranças e necessidades da sociedade.

### Referências

- BAKAN, Joel. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERGAMINI, Cecília W. Motivação: uma viagem ao centro do conceito. In: *RAE Executivo*, v. 1, n. 2, nov. 2002/jan. 2003. p. 63-67.
- BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2009.
- FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud v. XXI*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.
- HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- MENARD, René. *Mitologia greco-romana v. 1*. São Paulo: Opus, 1991.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1984.
- QUADROS, Dante; TREVISAN, Rosy Mari. Comportamento Organizacional. In: *Faculdades Bom Jesus. Capital humano*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. p. 1-15.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- TEMPOS Modernos. Direção, Produção e Roteiro: Charles Chaplin. Intérpretes: Charlie Chaplin, Paulette Goddard e outros. Estados Unidos: Charles Chaplin Studios, 1936. 1 videocassete (89 min), VHS, preto e branco.
- VASCONCELOS, I. F. G.; MASCARENHAS, A. O.; VASCONCELHOS, F. C. Gestão do paradoxo passado versus futuro: uma visão transformacional da gestão de pessoas. In: *RAE-eletrônica*. São Paulo, jan./jul. 2006. p. 2-24.

## A SUBJETIVIDADE DE ITARD COMO MÉDICO E PEDAGOGO

Breve análise sobre a experiência de Jean Itard com Victor do Aveyron

Vânia Aparecida Acorci Bighetti<sup>1</sup>



*L'enfant sauvage*

Disponível em: <[www.google.com.br/images](http://www.google.com.br/images)>.

Acesso em: 2 set. 2010.

### Resumo

O trabalho tem como objetivo refletir sobre o artigo de Izabel Galvão e Heloysa Dantas intitulado “O lugar das interações sociais e das emoções na experiência de Jean Itard com Victor do Aveyron” à luz da perspectiva histórico-cultural e discutir aspectos relevantes da teoria de Vygotsky sobre o desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Linguagem. Aprendizagem. Desenvolvimento humano. Interação. Zona de desenvolvimento proximal.

### Abstract

The aim of this paper is to reflect upon the article entitled “The place of social interactions and emotions in the experience of Jean Itard with Victor do Aveyron” by Izabel Galvão and Heloysa Dantas. Some relevant aspects of Vygotsky’s theory about the human development will be discussed.

**Keywords:** Language. Learning. Human development. Interaction. Zone of proximal development.

Os relatórios de Jean Itard (médico-cientista francês do séc. XIX) sobre seu experimento com o menino selvagem (seu objeto de pesquisa) Victor do Aveyron trazem à tona reflexões sobre como a interação é imprescindível para o desenvolvimento humano. Sem o contato social, o homem não se constitui como um ser humano.

Como destacam Galvão e Dantas (2000), Itard, em um estudo pioneiro realizado há duzentos anos, analisou o estado de Victor não como uma deficiência constitucional, mas como um produto do isolamento da sociedade, um resultado de sua vida solitária, e por isso

---

<sup>1</sup> Especialista em Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa. Docente do Centro Universitário Padre Anchieta.

sua convicção de que conseguiria educá-lo, promoveria seu desenvolvimento físico, moral e intelectual com o objetivo de integrá-lo à cultura e à sociedade.

Segundo as autoras acima mencionadas, Itard oscila entre pedagogo e médico o tempo todo. Em seu relato, explicita os objetivos e descreve passo a passo o desenvolvimento de Victor, ora com entusiasmo, ora com desânimo. O experimento de Itard tinha como objetivo a recuperação da linguagem num sujeito que teve uma longa privação interacional. Itard se empenhou em prover Victor da linguagem, que é o principal instrumento da construção do Eu, pois sem ela não há memória, não há história. Sem os símbolos, também não há futuro, não há projetos. Como educador, Itard relata em vários momentos seu insucesso com Victor e não se omite da responsabilidade. Era sistemático em suas ações, tentava encontrar métodos que se adequassem mais às dificuldades de Victor. O papel das emoções era muito importante para Itard porque, através delas, ele acreditava que estimulava a inteligência. Itard tinha ideias cognitivas e racionalistas. Ele valorizava os costumes de sua civilizada sociedade, o conhecimento científico e racional, por isso era primordial para ele que fizesse com que Victor apreciasse aromas e sabores, além de outros hábitos, para que desenvolvesse a inteligência. A interação dava-se, no entanto, com os “produtos” da cultura, mas não com as pessoas dessa cultura. E por isso, se considerarmos Itard como um cientista e pesquisador, faremos uma leitura de seu relato de modo diferente, uma vez que, no campo das emoções, manteve uma relação sujeito-objeto, que se relaciona muito mais a uma pesquisa científica do que a um processo educativo.

As referências quanto ao contexto espacial e temporal no qual o estudo foi realizado não são claras nos relatos de Itard; no entanto, pressupomos que ele manteve Victor isolado das outras crianças, ou com o intuito de preservá-lo do contato corruptor com a sociedade ou por suas ideias iluministas. Porém, com essa atitude de privá-lo do contato com outras pessoas, que não fossem o próprio Itard e Madame Guérin, acreditamos que o desenvolvimento de Victor foi prejudicado, pois, segundo Vygotsky (apud REGO, 2001),

O desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos de sua espécie, portanto a criança só aprenderá a falar se pertencer a uma comunidade de falantes, ou seja, as condições orgânicas (nesse caso o aparelho fonador), embora necessárias, não são suficientes para que o indivíduo adquira a linguagem.

Apesar de Victor ter as condições físicas, ele não falava, pois não tinha sido exposto à linguagem oral. As relações entre desenvolvimento e aprendizagem ocupam lugar de destaque na obra de Vygotsky (1991). O aprendizado é o responsável por criar a zona de

desenvolvimento proximal<sup>2</sup>, pois coloca em movimento vários processos de desenvolvimento que sem a ajuda externa seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. É por isso que Vygotsky (1991) afirma que

aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã.

Uma análise de Vygotsky (apud GÓES, 1991) aponta que, no desenvolvimento inicial, a fala do outro dirige a atenção e a ação da criança. Aos poucos, a criança também usa a fala para afetar a ação do outro. A partir daí ela começa a falar para si (fala egocêntrica). Com isso, consegue descrever e analisar situações e pode organizar e guiar a ação (nesse caso assume uma função auto-reguladora). A fala começa sucedendo ou acompanhando a ação a que se refere e passa depois a precedê-la, assumindo a função organizadora/planejadora. Nesse processo, as experiências de aprendizagem vão gerando a consolidação e construindo o desenvolvimento, um resultado que Victor não atingiu.

Como registra Luria (1991), a linguagem não é apenas meio de comunicação, mas o veículo mais importante do pensamento, que assegura a transição do sensorial ao racional na representação do mundo, no desenvolvimento da consciência, o que, de acordo com o autor, diferencia o homem do animal. Luria aponta que a linguagem reorganiza substancialmente os processos de percepção do mundo exterior e cria novas leis dessa percepção. Nosso acesso ao mundo não é direto. Nosso acesso é mediado pelo significado que o mundo já tem.

De acordo com as autoras Galvão e Dantas, Itard “desperdiça potentes possibilidades de educação” quando não integra a afetividade em sua tarefa educativa. O projeto educativo de Itard tinha como objetivo despertar a inteligência do selvagem para que fosse “civilizado”. Para tal, usava a estimulação dos sentidos e da linguagem. Itard, no entanto, não utilizou procedimentos interativos e vitais para a aquisição de uma fala que não era chamada a desempenhar qualquer função afetiva; também não considerou outros tipos de linguagem senão a verbal.

À luz da teoria histórico-cultural, a interação social é vista como parte de uma cultura. A interação é sempre concreta, sempre inserida dentro de um grupo humano, e toda interação humana está baseada no instrumento e na linguagem. O mundo é feito de instrumentos, eles

---

<sup>2</sup> **ZDP (Zona de Desenvolvimento proximal)** – é a distância entre o que uma criança é capaz de fazer sozinha (de forma autônoma – nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial). ZDP define aquelas funções que ainda não amadureceram, que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão.

estão na nossa constituição. Segundo Braga<sup>3</sup>, alguns pressupostos são: a) o homem se constitui e se desenvolve a partir de sua relação com o outro. O outro é fundamental; b) as funções psíquicas têm origem social, e a atividade humana tem caráter mediado e semiótico. Cada homem se apropria da história da humanidade. A nossa memória é baseada nos registros, signos, significado. O ser humano nasce com reflexos, depois precisa de contato para se desenvolver; c) a apreensão do conhecimento se dá na interação do tipo sujeito – sujeito – objeto<sup>4</sup>. Para Vygotsky, a nossa relação com o objeto nunca é direta, é sempre mediada pelo outro; d) os signos emergem na interação e são constitutivos da linguagem e da consciência.

Pela subjetividade de Itard, construiu-se um relacionamento com Victor num vínculo pupilo-paciente. É possível dizer que, como educador, Itard não atingiu seus objetivos, pois não teve sucesso em fazer Victor falar. Apostou na educabilidade contra os diagnósticos de Pinel que, baseado na psiquiatria, havia concluído que Victor era uma criança retardada e não deveria viver em sociedade. No entanto, Itard fracassou em seu objetivo educativo. Como pesquisador, por outro lado, seu trabalho foi exímio, pois deixou evidente a condição do ser humano como “geneticamente social” e a extensão e a profundidade dos danos resultantes do isolamento durante as fases iniciais do desenvolvimento.

## Referências

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina Maria de. O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (Org.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. São Paulo: Cortez, 2000.

GALVÃO, Isabel; DANTAS, Heloysa. O lugar das interações sociais e das emoções na experiência de Jean Itard com Victor do Aveyron. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (Org.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. São Paulo: Cortez, 2000.

GÓES, Maria Cecília Rafael. A natureza social do desenvolvimento psicológico. *Cadernos CEDES*. Campinas: Papyrus, nº 24, p. 17-24, 1991.

LURIA, Alexander Romanovich. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. In: \_\_\_\_\_. *Curso de psicologia geral*. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 (vol. 1 Introdução evolucionista à psicologia).

---

<sup>3</sup> Comentários apresentados pela Profª. Drª. Elizabeth dos Santos Braga durante aula do curso de mestrado em Educação no dia sete de abril de 2008, na Universidade São Francisco – Itatiba/SP.

<sup>4</sup> Refere-se ao objeto do conhecimento.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. O Pensamento de Vygotsky como fonte de reflexão sobre a educação. *Cadernos CEDES*. Campinas: Papyrus, nº 35, p. 9-14, 1995.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky – Uma perspectiva histórico-cultural da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

### **Filmografia**

*L'enfant sauvage*. Dir. François Truffaut, França, 1970.